

FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 11 a 15 de janeiro de 2016, em Brasília.

A INCÓGNITA JAQUES WAGNER

A delação premiada que envolve o ministro Jaques Wagner atinge o Planalto. Isso não significa que a bala tenha alvejado a presidente Dilma, mas não será surpresa se o ministro se afastar da função para não enfraquece-la.

Não seria a primeira vez que isso aconteceria. No governo Itamar Franco, seu principal ministro, Henrique Hargreaves, se afastou do cargo para não constranger o presidente. Depois, concluída a investigação ele reassumiu.

Independentemente do desfecho, os fatos deram ainda munção para a oposição que ganhou um fato novo para aquecer o recesso. O governo, que queria usar o recesso para baixar a temperatura política pode não conseguir.

Mas esse não é o único tema no front político. Há o PMDB. Mas nesse caso, os últimos movimentos indicam que a ala governista leva a melhor. O atual líder, Leonardo Picciani, deve ser reconduzido. Sem falar é claro que o vice Michel Temer, que vem tendo um comportamento sinuoso, terá que viajar o país para se reeleger presidente do partido. O Planalto terá uma coisa a menos para se preocupar.

Poder Executivo

Presidência da República

A presidente **Dilma Rousseff** comandou na manhã de hoje (11) a cerimônia de sanção do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação e lançamento da chamada universal. Na sequência, reuniu-se com os ministros **Armando Monteiro** (Desenvolvimento) e **Nelson Barbosa** (Fazenda).

Secretaria de Aviação Civil (SAC)

O ministro-interino **Guilherme Ramalho** segue ausente do Ministério, em virtude de suas férias, que devem se encerrar amanhã (12).

Secretaria de Governo (SG)

O ministro **Ricardo Berzoini** segue ausente da Secretaria de Governo, em virtude de suas férias. Seu retorno está previsto para esta quinta (14).

Secretaria de Portos (SEP)

O ministro **Helder Barbalho** se ausenta do Ministério, a partir desta segunda (11), em virtude de suas férias. Seu retorno está previsto para a próxima quarta (20).

Ministério das Cidades (MCid)

O ministro **Gilberto Kassab** reuniu-se com o deputado federal, **Sérgio Brito** (PSD-BA); com o Presidente da ABRIESP, **Carlos Bório** (FIESP); e com o deputado **Evandro Roman** (PSD-PR).

O secretário Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana, **Dario Lopes**, cumpre agenda internacional indo a Washington D.C. (EUA) para participar do evento **Transforming Transportation**, que acontece nestas quinta (14) e sexta (15). O evento é promovido pelo Banco Mundial e pela Embarq, com o objetivo de discutir o transporte urbano sustentável.

Ministério da Defesa (MD)

O ministro **Aldo Rebelo** retomou hoje (11) suas atividades após se afastar

Ministério da Fazenda (MFAZ)

em virtude de suas férias, iniciadas em 22 de dezembro.

O ministro **Nelson Barbosa** reuniu-se hoje (11) com a presidente da Caixa Econômica Federal, **Miriam Belchior**, e, na sequência esteve em reunião com a presidente **Dilma Rousseff**.

O secretário de Assuntos Internacionais, **Luis Antônio Balduino**, cumpre agenda internacional, a partir desta quarta (13), indo a Pequim e Xangai (China) para participar da **Cerimônia de Abertura e Reunião Inaugural da Diretoria do Banco Asiático de Investimento e Infraestrutura (AIIB) e da Reunião do Novo Banco de Desenvolvimento** (Banco dos BRICS). Seu retorno está previsto para o próximo dia 22, sexta.

A Receita Federal do Brasil (RFB) disponibilizou para **consulta pública a nova versão da instrução normativa que trata dos procedimentos de controle e verificação de origem de mercadorias**. A nova versão objetiva dar maior transparência ao processo e mais segurança aos importadores, exportadores e autoridades aduaneiras. Confira [aqui](#) a minuta da instrução normativa, as sugestões poderão ser encaminhadas até o dia 29 de janeiro.

Banco Central do Brasil (BACEN)

O presidente **Alexandre Tombini** retorna ao País após participar da **Reunião Bimestral de Presidentes de Bancos Centrais e do *Global Economy Meeting*** (GEM), que discutiram os avanços, bem como os riscos da economia mundial e do sistema financeiro. Os eventos foram promovidos pelo Banco de Compensações Internacionais (BIS), na Basileia (Suíça). Ele cumpriu a agenda acompanhado pelo diretor **Tony Volpon** e o secretário de Política Econômica, **Manoel Carlos de Castro**.

O **Boletim Focus** divulgado hoje (11) estimou que a economia brasileira deve encolher 2,99%, este ano. Esse foi o 14º ajuste consecutivo na projeção de queda do PIB. Para 2017, as instituições financeiras esperam por recuperação da economia, com crescimento de 0,86%. O cálculo anterior de expansão era 1%. Já a produção industrial deve apresentar retração de 3,45% este ano. Na semana passada, a projeção de queda era 3,50%. Em 2017, o setor deve se recuperar, mas a projeção de crescimento foi levemente ajustada de 2% para 1,98%. A meta de inflação é 4,5%, com limite superior de 6,5%, em 2016. O teto da meta para 2017 é 6%. O cálculo das instituições financeiras para o IPCA, este ano, foi ajustado pela segunda vez seguida, ao passar de 6,87% para 6,93%. Para o próximo ano, a expectativa é que a inflação fique abaixo do limite superior, mas ainda distante do centro da meta, em 5,20%. Na perspectiva das instituições financeiras, a taxa básica de juros, a Selic, deve ser elevada pelo Copom do BC, na reunião da próxima semana, dos atuais 14,25% para 14,75% ao ano. Ao final de 2016, a expectativa é que a Selic esteja em 15,25% ao ano. Em 2017, a expectativa é que a taxa básica seja reduzida, encerrando o período em 12,75% ao ano. A previsão anterior era 12,50% ao ano.

Ministério da Justiça (MJ)

O ministro **José Eduardo Cardozo** reuniu-se com o ministro Nelson Barbosa (Fazenda), e, na sequência participou de audiência com o Presidente da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais (APCF), **André Luiz Morisson**.

Ministério de Minas e Energia (MME)

Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)

O diretor de Estudos Econômico-Energéticos e Ambientais, **Ricardo Gorini**, cumpre agenda internacional indo ao Japão para participar do “**Diálogo entre Brasil e Japão sobre a viabilidade de alta tecnologia eficiente de geração de energia a carvão**”, devendo retornar ao País na terça (18).

O diretor-geral **Romeu Rufino** está de férias, e retomará suas atividades nesta sexta (15).

Ministério do Meio Ambiente (MMA)

A ministra **Izabella Teixeira** se ausenta do Ministério, a partir desta segunda (11), em virtude de suas férias. Seu retorno está previsto para 1º de fevereiro.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

O ministro **Armando Monteiro** compareceu na manhã desta segunda (11) à Cerimônia de Sanção do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação e, na sequência se reuniu com a presidente **Dilma Rousseff**.

A **balança comercial** divulgada nesta segunda (11) apresentou os resultados da primeira semana de janeiro de 2016, com cinco dias úteis, onde as exportações somaram US\$ 2,922 bilhões e as importações, US\$ 3,072 bilhões, o que resultou num déficit comercial de US\$ 150 milhões. No período, as exportações apresentaram média diária de US\$ 584,4 milhões, valor 10,4% menor que a média verificada em todo o mês de janeiro de 2015 (US\$ 652,6 milhões). Nessa comparação, observaram-se retração nas vendas externas de produtos das três categorias: manufaturados (-16,7%) – principalmente autopeças, açúcar refinado, motores para automóveis, óleos combustíveis, aviões e pneus –, básicos (-8,7%) – devido a trigo em grãos, café em grãos, minério de ferro, petróleo em bruto, carne de frango e carne bovina – e semimanufaturados (-1,8%) – especialmente por ferro fundido, óleo de soja em bruto, ferro-ligas, catodos de cobre, couros e peles, semimanufaturados de ferro e aço e açúcar em bruto. Em relação a dezembro do ano passado, quando o desempenho médio diário das exportações chegou a US\$ 762,9 milhões, a retração foi de 23,4%, causada pela queda nas vendas de manufaturados (-42,1%) e de básicos (-13,5%). Por outro lado, as vendas de semimanufaturados, nessa comparação, apresentaram crescimento de 3%. Do lado das importações, também na comparação pela média diária, verificou-se uma retração de 23,5%, de US\$ 614,4 milhões na primeira semana de janeiro de 2016 contra US\$ 803,5 milhões em janeiro de 2015. Nesse comparativo, houve queda, principalmente, nas compras de combustíveis e lubrificantes (-85,8%), siderúrgicos (-50,9%), automóveis e partes (-42%), equipamentos eletroeletrônicos (-35,7%), produtos de borracha (-31,2%) e produtos plásticos (-26,2%).

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

O ministro **Valdir Simão** reuniu-se com o ministro **José Eduardo Cardozo** (Justiça), e com o Presidente da ANFAVEA, **Luiz Moan**.

O instituto divulgará ao longo da semana seus estudos e pesquisas produzidas em 2015. Na terça (12), será apresentado o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola; a Safra 2016; e a Pesquisa Industrial

	<p><u>Mensal: Produção Física – Regional</u>. Na quarta (13), será apresentada a <u>Pesquisa Mensal de Serviços e Comércio</u>, e, na quinta (14) será apresentada a <u>Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal</u>.</p>
Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS)	O ministro Miguel Rossetto encontra-se de férias, tendo o retorno à suas atividades normais previsto para o dia 18 de janeiro.
Ministério dos Transportes (MTrans)	O ministro Antonio Carlos Rodrigues reuniu-se nesta segunda (11) com o deputado federal Cabo Sabino (PR-CE).

Política

Partidos novos, PMB e Rede têm impacto na composição da Câmara. Os dois novos partidos que tiveram sua criação aprovada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no ano passado mudaram a composição da bancada da Câmara dos Deputados. A Rede Sustentabilidade, 34º partido registrado no tribunal, tem cinco deputados filiados. Já o Partido da Mulher Brasileira (PMB), 35º partido, contabiliza 21 congressistas em exercício na Câmara e um licenciado, tornando-se a nona maior legenda da Casa. Devido às mudanças de sigla e ao licenciamento de deputados, o PT, partido da presidente Dilma Rousseff, perdeu 10 dos seus 69 filiados que foram eleitos em 2014 para um mandato na Câmara. Quatro das baixas devem-se à migração para as duas novas legendas. Assis do Couto (PR), Toninho Wandscheer (PR) e Weliton Prado (MG) foram para o PMB, enquanto Alessandro Molon (RJ) filiou-se à Rede. O segundo partido que mais perdeu deputados é o PV. “Muitos deputados do PT se licenciaram do mandato e cumprem funções de secretários de Estado, de ministros de Estado, e os suplentes eram, na maioria dos casos, de outros partidos. Isso possibilitou ao PMDB ter hoje o maior número de deputados em exercício na Casa”, disse Leonardo Picciani, líder do PMDB, à agência de notícias da Câmara. O PMDB agora tem 67 deputados, ante 65 eleitos. Apesar de ser agora o maior partido na Casa, a sigla também contou com uma defecção: Carlos Henrique Gaguim (TO) foi ao PMB.

Dilma sanciona novo Marco de C&T e Inovação. A presidenta Dilma Rousseff sancionou nesta segunda-feira (11) o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação. Trata-se de uma legislação que regula a relação entre entes públicos e privados, com transparência e segurança jurídica, além de reduzir a burocracia e dar mais celeridade ao processo. Ao todo, serão disponibilizados R\$ 200 milhões para apoiar os projetos de pesquisa da área. Dilma ressaltou que esta é “uma reforma profunda” na legislação que regula a integração entre agentes públicos e privados que constituem o sistema de ciência, tecnologia e inovação. Segundo a presidenta, um grande avanço do novo marco é “transformar a inovação bem sucedida em patrimônio de toda a sociedade brasileira”. Isso será possível devido à introdução do conceito de capital intelectual como objeto de cooperação com empresas e órgãos públicos o que vai possibilitar justa remuneração das universidades públicas e dos centros de pesquisa. Em entrevista após a sanção do marco legal, o ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Celso Pansera, disse que a presidenta vetou alguns pontos do texto aprovado no Congresso. Pansera destacou que esses vetos “não mexem no eixo” do novo marco legal. Segundo o ministro, um dos vetos é referente a um trecho que isentava o recolhimento de impostos previdenciários sobre bolsas de pesquisa e compra de produtos. Outro veto foi em um trecho do texto que dispensava a realização de licitação pela administração pública nas contratações de empresas com faturamento de até R\$ 90 milhões anuais para prestação de serviços ou fornecimento de bens elaborados com aplicação sistemática de conhecimentos científicos e tecnológicos. Segundo o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, o marco legal atualiza a legislação brasileira para facilitar o exercício das atividades de pesquisa científica. O texto prevê a isenção e a redução de impostos para as importações de insumos feitas por empresas na execução de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação. O marco também amplia o tempo máximo que os professores das universidades federais poderão trabalhar em projetos

institucionais de ensino, pesquisa e extensão, ou exercer atividades de natureza científica e tecnológica. A legislação também permite a participação da União, estados e municípios no capital social de empresas para o desenvolvimento de produtos e processos inovadores que estejam de acordo com as políticas de desenvolvimento científico, além de simplificar a emissão do processo de visto de trabalho para pesquisadores estrangeiros que vierem ao Brasil para participar de projetos de pesquisa. (com agência Brasil).

Morre em Salvador o ex-deputado Afrísio Vieira Lima. Faleceu na noite de domingo (10), em Salvador (BA), o ex-deputado federal Afrísio Vieira Lima, aos 86 anos. Ele era pai do deputado Lucio Vieira Lima (PMDB-BA), do ex-ministro e ex-deputado Geddel Vieira Lima e do diretor legislativo da Câmara dos Deputados, Afrísio Vieira Lima Filho. O sepultamento acontecerá nesta segunda-feira (11), às 16h30, no Cemitério Campo Santo, em Salvador. Em sua trajetória na vida pública, Afrísio Vieira Lima destacou-se ao ocupar importantes cargos, como superintendente regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), presidente da Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba) e presidente da Junta Comercial do Estado da Bahia (Juceb). "Uma dor sem fim. Perdi o parceiro de toda uma vida. Não sei o que vai ser daqui para frente da minha vida. Vai em paz, meu amor. Vai em paz, meu pai", disse Geddel Vieira Lima, em uma rede social. "Agora a pouco, meu amado pai, Afrísio Vieira Lima, iniciou sua viagem para a eternidade, deixando saudades e exemplos", postou o deputado Lucio Vieira Lima.

Deputados querem convocar ex-OAS e Eduardo Cunha para falar em CPI. O deputado Raul Jungmann (PPS-PE) protocolou nesta sexta-feira (8) requerimento no qual pede a convocação do ex-presidente da OAS Léo Pinheiro para falar na CPI dos Fundos de Pensão sobre denúncias de repasse de dinheiro para o PT e o PMDB e de conversas com o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que revelam suposta cobrança de dinheiro. Já o vice-líder do PPS na Câmara Arnaldo Jordy (PA), informou que entrará com pedido de convocação e quebra de sigilo fiscal, bancário e telefônico de Cunha. Os requerimentos deverão ser analisados em fevereiro, após o término do recesso do Legislativo. Uma série de mensagens trocadas entre o presidente da Câmara e o ex-presidente da construtora OAS mostra, em várias ocasiões, o peemedebista cobrando do empreiteiro repasse de dinheiro para ele e para aliados políticos. As dezenas de mensagens trocadas entre os dois foram apreendidas no celular do ex-dirigente da empreiteira e fazem parte das investigações da Operação Lava Jato. Cunha foi denunciado pela Procuradoria Geral da República (PGR) por suposto envolvimento no esquema de corrupção que atuava na Petrobras. Em nota, o presidente da Câmara disse que "jamais recebeu qualquer vantagem indevida de quem quer que seja" e desafiou a provarem o contrário. No requerimento em que pede a convocação de Léo Pinheiro, Raul Jungmann também requer que sejam chamados a falar na CPI dos Fundos de Pensão o ex-diretor da FUNCEF Carlos Augusto Borges, o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto e o ex-presidente da PREVI Ricardo Flores.

PT e PROS são partidos que mais perderam deputados federais em 2015. De olho nas eleições municipais de 2016 ou em busca de maior espaço de atuação política, 30 deputados federais trocaram de partido em 2015. As legendas que mais sofreram com a saída de filiados são PT e o PROS, que perderam quatro deputados cada e não filiaram parlamentares de outros partidos. A sigla que mais lucrou com as trocas foi o recém-criado Partido da Mulher Brasileira (PMB), com 22 novos filiados. O PMB teve o registro autorizado em setembro. Mais trocas partidárias devem ocorrer em fevereiro, já que o Senado aprovou no final do ano passado proposta de emenda à Constituição (PEC) que dará 30 dias, após a promulgação do texto, para que os parlamentares possam mudar de legenda sem perder o mandato. Os partidos recém-criados foram os que mais receberam filiados até o momento, porque a legislação eleitoral permite a migração para essas legendas sem perda do mandato. A PEC que prevê uma "janela" para trocas entre partidos antigos já havia sido aprovada pela Câmara anteriormente e só falta ser promulgada, o que deve ocorrer em fevereiro, após o fim do recesso do Legislativo. Pela legislação atual, os políticos precisam estar filiados a um partido seis meses antes da eleição se quiserem disputar o pleito. O prazo anterior era de um ano, mas a presidente Dilma Rousseff sancionou lei que reduziu para seis meses.

Vice-líder do PPS pede afastamento de Cunha à Corregedoria da Câmara. O vice-líder do PPS, deputado Arnaldo Jordy (PA), apresentou hoje (8) uma nova representação à Corregedoria da Câmara dos Deputados pedindo o afastamento do presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), por quebra de decoro parlamentar. O deputado cita as recentes denúncias de que o patrimônio de Cunha teria crescido de

forma incompatível com seus rendimentos e de que ele teria tentado obter vantagens indevidas com o ex-presidente da OAS, Leonardo Pinheiro. Jordy já apresentou outra representação pedindo o afastamento de Cunha à Corregedoria anteriormente. Atualmente, também aguarda análise do Supremo Tribunal Federal um pedido do procurador-geral da República também pedindo o afastamento do presidente da Câmara sob a alegação de que ele tem agido para impedir o avanço de investigações sobre crimes praticados por ele.

Após recesso, Congresso deverá retomar trabalho de nove CPIs. Quando voltarem do recesso parlamentar, em fevereiro, deputados e senadores retomarão, entre suas atividades, os trabalhos das comissões parlamentares de inquérito (CPI) que estão em funcionamento. Atualmente, cinco CPIs estão em funcionamento na Câmara e quatro no Senado. Na Câmara, a CPI dos Fundos de Pensão é a que tem provocado mais movimentação de governistas e oposicionistas. A comissão está em funcionamento desde agosto do ano passado e, pelo requerimento original, deveria ter sido encerrada em dezembro. No entanto, um requerimento de prorrogação foi aprovado, o que deu mais 60 dias para as investigações. Como os prazos ficam suspensos durante o recesso, a CPI será encerrada no dia 19 de março.

Inflação acima da meta faz Tombini enviar carta aberta a Nelson Barbosa. O Banco Central divulgou há pouco carta aberta do presidente da autarquia, Alexandre Tombini, ao ministro da Fazenda, Nelson Barbosa. A carta adverte Barbosa sobre o fato de a inflação oficial de 2015 ter ultrapassado o teto da meta, de 6,5%. Tombini detalha os motivos para isso ter ocorrido e sugere ações necessárias para reverter o quadro. O envio do documento é obrigatório, segundo decreto de 1999 que instituiu o regime de metas para a inflação. A carta aberta não era enviada pelo BC ao Ministério da Fazenda desde 2003. Hoje (8), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informou que a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerrou 2015 em 10,67%. A taxa é a maior desde 2002, quando a inflação terminou o ano em 12,53%, motivando o envio da carta ao ministro da Fazenda no ano seguinte. A meta de inflação em 2015, determinada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), era 4,5% com margem de dois pontos percentuais para cima ou para baixo. Segundo a carta de Tombini, “não obstante o esforço já realizado”, a política monetária continuará “vigilante”. No fim de 2014 e ao longo do ano passado, o Banco Central elevou sete vezes consecutivas a Selic – taxa básica de juros da economia –, na tentativa de conter a inflação. Atualmente, a Selic está em 14,25% ao ano. Segundo o presidente do BC, a autarquia adotará as medidas “necessárias” para assegurar que a inflação não ultrapasse o teto da meta em 2016 e convirja para 4,5% em 2017. De acordo com Tombini, o reajuste dos preços administrados por contrato, como o da energia, e o realinhamento dos preços domésticos em relação aos internacionais impactaram a inflação em 2015. A autoridade monetária ressaltou ainda que o ajuste fiscal implementado no ano passado “incluiu aumento de tarifas públicas e recomposição de impostos regulatórios, com impacto direto e relevante sobre alguns preços – não apenas, mas, sobretudo, os administrados”.

Barbosa: controle da inflação é prioridade do governo em 2016. O controle da inflação é prioridade para o governo em 2016, informou hoje (8) à noite o ministro da Fazenda, Nelson Barbosa. Em nota oficial, o ministro assegurou o compromisso da equipe econômica com o ajuste fiscal para ajudar o Banco Central a levar o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de volta para o centro da meta, 4,5%, em 2017. “O controle da inflação é uma prioridade do governo, e o Banco Central do Brasil está empenhado em adotar as medidas necessárias para alcançar o centro da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional até o final de 2017. Nesse processo, o Ministério da Fazenda contribuirá no combate à inflação mediante a adoção de ações para o reequilíbrio fiscal e para o aumento da produtividade da economia”, divulgou o ministro. Mais cedo, o Banco Central (BC) divulgou uma carta aberta ao Ministério da Fazenda justificando o estouro do teto da meta, de 6,5%, em 2015. Índice oficial de preços, o IPCA fechou o ano passado em 10,67%, no maior nível desde 2002 (12,53%). A última vez em que o BC tinha enviado o documento tinha sido em 2003, quando o índice tinha fechado o ano em 9,30%. Os dados relativos ao IPCA foram divulgados hoje pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mesmo com a desaceleração de novembro para dezembro, a taxa do último mês de 2015 foi a mais alta para o mês de dezembro desde os 2,1% registrados em dezembro de 2002. Em 2014, o IPCA fechou o ano em 6,41%, ficando abaixo do centro da meta fixada pelo Banco Central, de 6,5%.

Judiciário

STF autoriza quebra de sigilo fiscal e bancário de Edison Lobão. O ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou a quebra dos sigilos fiscal e bancário do senador Edison Lobão (PMDB-MA), segundo a assessoria de imprensa do STF. A quebra dos sigilos foi solicitada pela Polícia Federal e concedida em 10 de dezembro de 2015, antes do início do recesso do Judiciário. Além de Lobão, o STF também permitiu a quebra dos sigilos de André Serwy, suposto operador do senador, e de empresas ligadas ao senador. A autorização foi para o período compreendido entre 2011 e 2015. O nome do ex-ministro de Minas e Energia foi citado em delação premiada no âmbito da Operação Lava Jato que investiga desvios de dinheiro na construção da Usina Nuclear Angra 3. Procurado pela reportagem, o advogado do senador, Antonio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, disse que o senador já tinha colocado os sigilos à disposição da investigação quando prestou depoimento à Polícia Federal. "O senador espontaneamente colocou todos os sigilos à disposição da investigação, logo esta quebra determinada pelo ministro Teori em nada nos preocupa. Na realidade, veio ao encontro do pedido do próprio senador".

Último Foco

Caixa aposta no mercado de habitação popular em 2016. O diretor-executivo de Habitação da Caixa, Teotonio Rezende, estima crescimento de 30% nos financiamentos de imóveis de até R\$ 225 mil neste ano em relação ao ano passado. Nesse grupo, estão moradias enquadradas nas faixas 2 e 3 do Minha Casa Minha Vida, cujas contratações começaram na semana passada. "Na habitação social, modalidade em que não houve restrição de oferta de recursos, já houve uma aplicação bastante expressiva em 2015, quando fechamos o ano com [volume de financiamento] 31% maior do que no ano anterior", afirma ele. Os empréstimos com recursos do FGTS (fonte de financiamento das faixas 2 e 3 do Minha Casa Minha Vida) somaram 37,9 bilhões entre janeiro e setembro de 2015, último dado disponível, volume próximo aos R\$ 40,9 bilhões concedidos durante todo o ano de 2014. A estimativa de crescimento de 30% em 2016 já leva em conta a demanda da terceira fase do Minha Casa Minha Vida, que trará uma série de mudanças. Entre elas está a criação da faixa 1,5, que atenderá maior número de pessoas de baixa renda com capacidade para financiar imóvel e que não eram contempladas, até então. As contratações para essa nova faixa ainda dependem de instrução normativa do Ministério das Cidades. Dois outros fatores devem impulsionar as vendas no segmento. O limite de renda mensal dos beneficiários do Minha Casa Minha Vida subiu de R\$ 5 mil para R\$ 6,5 mil na terceira etapa do programa. Além disso, os valores máximos dos imóveis das faixas 2 e 3 também foram reajustes de acordo com cada região do País, variando de R\$ 90 mil a R\$ 225 mil.

De cada 100 imóveis vendidos, 41 foram devolvidos às construtoras em 2015. Se o setor imobiliário tivesse de escolher uma palavra para se lembrar de 2015, ela certamente seria "distrato" – jargão usado pelas empresas, e agora também conhecido dos consumidores, para devolução de imóveis comprados na planta. Esse foi o pesadelo de incorporadoras e proprietários de imóveis novos no ano passado, quando o setor registrou recordes históricos no volume de devoluções. O levantamento recente da agência de classificação de riscos de Fitch, com nove companhias, mostra que, de cada 100 imóveis vendidos, 41 foram devolvidos de janeiro a setembro de 2015. Isso significa quase R\$ 5 bilhões de volta às prateleiras das grandes empresas "Historicamente, o percentual de distratos girava em torno de 10%, um patamar saudável para a indústria", diz Meyer Nigri, fundador da Tecnis e vice-presidente da Abrainc, associação que reúne as 18 maiores companhias do setor. Os distratos sempre existiram, mas eram exceção, pois o comprador que decidia se desfazer de uma unidade até a entrega das chaves em geral conseguia negociá-lo com outro interessado por um valor maior do que tinha desembolsado até ali. Agora, vender "por fora" significa perder dinheiro, já que o preço do imóvel está em queda e as incorporadoras estão cheias de unidades para desovar. "Antes, o consumidor comprava um imóvel por R\$ 100 mil na planta, vendia por R\$ 150 mil e embolsava a diferença", diz um executivo de uma grande construtora. "Agora, compra por R\$ 100 mil, mas descobre, na entrega das chaves, que a incorporadora está vendendo por R\$ 80 mil. É difícil sustentar o mercado assim." Essa é apenas uma das faces do problema. A outra, que também se agravou com a deterioração econômica, é a restrição ao crédito. Conseguir um financiamento no banco está cada vez mais difícil. No mercado imobiliário, esse é um momento crucial, porque a venda só se concretiza na entrega das chaves: é quando o cliente da incorporadora passa a ser cliente do banco, ao assumir um financiamento, e a empresa recebe o valor integral do imóvel. A alta da taxa de desemprego, para quase 8,5% no ano passado, atravancou esse processo. Quem perdeu o emprego ou viu sua renda cair entre a compra do imóvel e a

entrega das chaves tem grande chances de ter o financiamento negado pelo banco.

Prestação mínima do Minha Casa, Minha Vida vai aumentar em novos contratos. A prestação mensal do financiamento para a faixa de renda mais baixa do Programa Minha Casa, Minha Vida vai sofrer reajuste neste ano. O aumento na prestação vai passar a valer para os novos contratos do programa habitacional, que começarão a ser assinados até fevereiro. Por e-mail, o Ministério das Cidades confirmou à Agência Brasil o reajuste nos novos contratos do programa para a prestação mínima. De acordo com a assessoria, no entanto, a nova mensalidade ainda não foi definida. A prestação mínima atual para os beneficiários da Faixa 1 do programa é R\$ 25. O novo valor está sendo discutido pelo governo e deve ser anunciado antes do início das contratações da terceira fase do Minha Casa, Minha Vida, no final deste mês ou no começo de fevereiro. A Faixa 1 contempla famílias com renda mensal de até R\$ 1,6 mil e concentra os beneficiários que mais recebem subsídios do governo para a aquisição da casa própria. No Minha Casa, Minha Vida 3, essa faixa passará a englobar famílias que ganham até R\$ 1,8 mil por mês. Na Faixa 1, cerca de 95% do valor do imóvel é financiado pelo governo e não há cobrança de juros. Os demais beneficiários do programa pagam as mensalidades seguindo as regras das taxas de juros de cada financiamento. Em setembro do ano passado, o governo anunciou o reajuste dos juros cobrados no programa, que passarão a variar de 5% a 8%, segundo as novas regras. Também foi anunciada a criação de uma faixa intermediária de renda, para famílias que ganham entre R\$ 1,6 mil e R\$ 2.350 mensais

Governo assina decreto para reforma e construção emergencial de pontes. Após as primeiras chuvas de 2016 causarem prejuízos em todo o Piauí, o governador Wellington Dias (PT) assinou no fim de semana um decreto para o investimento de pelo menos R\$ 8 milhões para medidas emergenciais, como reforma de pontes com estrutura fraca. O governador também autorizou o Departamento Estadual de Estradas de Rodagem (DER) a construir urgentemente nova ponte entre Batalha e Esperantina, na PI-117, pois a antiga desabou na virada do ano. "Um decreto emergencial autorizado pelo governador Wellington Dias permitirá, em tempo hábil, a construção de uma nova ponte no local da que cedeu após a chuva do dia 1º de janeiro. Por conta da estrutura comprometida, preferimos demolir por completo e construir do zero uma nova ponte", explicou o diretor-geral do DER, José Dias. O representante do DER esteve na PI-117, acompanhado de engenheiros e técnicos do órgão, ocasião em que foi definida a construção de um desvio para não prejudicar o trânsito na região. "A orientação do governador Wellington Dias é recuperar ou mesmo construir novas estruturas dependendo da necessidade", adiantou. Segundo o diretor-geral do DER, já está sendo providenciado um levantamento de todas as pontes do estado, que receberão visitas de técnicos do órgão para analisarem a situação de estrutura de cada uma. "Iniciamos esse trabalho ainda em 2015, e agora estamos intensificando, para a execução das reformas necessárias", disse.

Governo teria facilitado empréstimo para obra de empreiteiras na África. O governo brasileiro teria facilitado a concessão de um empréstimo de US\$ 320 milhões para a construção de uma barragem em Moçambique, informou a edição deste fim de semana da revista "Época". A revista relata um encontro em março de 2013 entre a presidente Dilma Rousseff e o então presidente de Moçambique, Armando Guebuza, em Durban, na África do Sul, durante uma reunião de países com economia emergente. Na conversa, de acordo com a revista, Dilma e Guebuza trataram de um empréstimo de US\$ 320 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a construção da barragem Moamba Major, em Moçambique. O presidente do país africano teria dito a Dilma que as exigências impostas para a liberação de crédito estavam travando as obras de infraestrutura em seu país. Essa exigência, diz a reportagem, era a obrigatoriedade de Moçambique abrir uma conta bancária num país com baixo risco de calote, para receber o dinheiro do empréstimo – Moçambique se recusava a aceitar essa condição. A reportagem destaca um comunicado secreto enviado pela embaixada brasileira em Maputo, capital de Moçambique, em agosto de 2013, para o Ministério das Relações Exteriores, cinco meses depois do encontro entre Dilma e Guebuza.

Mercado imobiliário de BH registra queda nos negócios. O mercado imobiliário de Belo Horizonte movimentou R\$ 7,72 bilhões entre janeiro e setembro de 2015. O valor é 11,07% inferior ao transacionado no mesmo período do exercício anterior. A baixa reflete uma comercialização aquém da registrada em 2014, segundo levantamento feito pela Câmara do Mercado Imobiliário e Sindicato do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI/Secovi). Somente com a venda de apartamentos, as negociações somaram R\$ 5,72 bilhões nos nove primeiros meses de 2015. A queda nesse caso foi de 13,31%, uma vez que no mesmo período de 2014 havia sido R\$ 6,605 bilhões. O levantamento levou em conta as guias do Imposto sobre

Transmissão de Bens Imóveis por Ato Oneroso Inter Vivos (ITBI), emitidas e pagas para a elaboração dos registros de imóveis negociados. Se observadas as transações envolvendo todos os tipos de imóveis no período, o número comercializado na Capital foi 17.680. Frente a 2014, a redução foi de 13,81% nesse caso, uma vez que no ano as vendas tinham batido a casa das 20.514 unidades. “Ao avaliar os percentuais de queda obtidos nas escrituras, vendas e valores negociados, eu cheguei a uma média de retração dos negócios do mercado imobiliário de 13,4%”, afirma o presidente da CMI/Secovi, Otimar Bicalho.